

A INSERÇÃO DA MULHER NA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ANA CAROLINE DE ASSIS COSTA*

Este capítulo trata de levantar a discussão sobre a inserção da mulher na Universidade Federal de Goiás à época de sua criação, visando perceber as possibilidades da participação da mulher na vida acadêmica em Goiás. Para tanto, é preciso ter como base, a sociedade vigente. Utilizaremos fontes bibliográficas que versa sobre o tema, contextualizando a mulher na história de Goiás.

É importante promover essa investigação para trazer a mulher na história de Goiás e sua inserção no superior na década de 1960. Veremos parte dessa história para então, compreender como se constitui a posição de sujeito-mulher-de-direito e seus efeitos na década de criação da Universidade Federal de Goiás (UFG) em Goiás.

A UFG foi fundada em 14 de dezembro de 1960, no governo de José Feliciano Ferreira, pelo professor Colemar Natal e Silva¹, que afirmava a necessidade de uma Universidade Federal que pudesse unificar o Estado de Goiás ao resto do país, e emanasse a cultura litorânea ao interior, com a meta de progresso. Nesse sentido, Colemar entendia que o progresso tinha como referência, as cidades litorâneas, como podemos ver:

De início, após a sua implantação, a Universidade Federal de Goiás teve pela frente o peso da responsabilidade de ensejar a emanação da cultura litorânea para o centro-oeste do Brasil e de procurar imprimir, ao ensino superior que aqui se ministra, moderna orientação, fazendo-o fugir à rotina que é apanágio das mentalidades conservadoras ou dos espíritos retrógrados (COLEMAR, 1992, p. 27).

Na obra *Universidade Federal de Goiás: Imagens e memórias (1960 – 1964)*, por REIS *et al.*, (2010), que se trata de uma organização da história da UFG, com entrevistas e memórias

*Graduanda do 8º período do curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, pela Universidade Federal de Goiás. Pesquisa em andamento para conclusão do curso.

¹Advogado, Jornalista, Historiador. Professor, Jurista. Escritor, Ensaísta, Pesquisador. Memorialista, Conferencista, Cronista. Produtor Cultural, Intelectual, Pensador. Ativista, Literato, Contista. Administrador, Educador, Ficcionalista. Fundador e Professor da Universidade federal do estado de Goiás. No qual o campus universitário I leva seu nome. Disponível em: <<https://www.ufg.br/p/6405-historia>>. Acesso em: 18 de ago. 2016).

de pessoas que viveram à época da sua criação. Nós esclarecemos como a criação da UFG teve efeito de transformação no cenário político do Centro-Oeste a partir da década de 1960. E de importância individual e coletiva na vida das pessoas, no sentido que permitiu estratégias estudantis para o Movimento Pró-Criação da UFG.

A criação da UFG, instituída pela Lei nº 3.834 –C, de 14 de dezembro de 1960, insere-se no cenário político e social da época, sendo importante na produção de pesquisas do país, e como marco histórico no cenário de uma universidade pública no estado de Goiás, além da expansão e a federalização do ensino superior brasileiro.

Diante desse quadro, ficamos nos perguntando como se deu o processo de consolidação da Universidade no Brasil, mais especificamente, em Goiás. Logicamente, não foi algo que se deu da noite para o dia. Assim, entendemos ser importante retomar o processo, adentrando à década de 50 do século XX. Após anos de impactos da violência da Segunda Guerra Mundial (1939-45), o planeta vivia à luz de uma vitória da democracia, e estabelecendo novas pesquisas e avanços na medicina, biologia, química, aperfeiçoamento do material bélico, as descobertas das riquezas do petróleo. O final da segunda Guerra, trouxe também o crescimento do espírito de nacionalismo. Essa tendência consagrava o desejo de liberdade e evolução econômica dos países.

O Brasil viveu, durante os anos 50, um clima de esperança presente na movimentação política e nos debates então travados. O tema que centralizava as atenções era o desenvolvimento do País, isto é, a superação dos problemas sociais, do atraso econômico e cultural. O esforço em entender o País havia tomado conta de boa parte dos brasileiros e se refletia na renovação do posicionamento de vários setores organizados da sociedade (RODRIGUES, 1999, p. 17).

Assim, a corrente que mais influenciou o pensamento nos anos de 1950 foi o nacionalismo. Que apontava para um movimento de busca da abertura econômica, e tendo como ponto de partida a industrialização. Não era uma aversão a tecnologia estrangeira, mas uma busca por controle dessa tecnologia dentro da área nacional. “O nacionalismo assume a característica de um projeto que daria à fração industrial da burguesia que, acreditava-se, não estava comprometida com o capital estrangeiro” (RODRIGUES, 1999, p. 21).

Goiânia nesse cenário de uma universidade pública e gratuita proposta pelo governo de Juscelino Kubitschek, visando a expansão e a federalização do ensino superior no Brasil, era ainda uma capital nova. Recém-criada em 24 de outubro de 1933 e construída com o propósito de desempenhar a função de centro político e administrativo do estado de Goiás. Tornou-se capital do Estado em 1937. Por inúmeras questões políticas que emergiram no governo de Pedro Ludovico Teixeira, como parte da política pós-1930.

A proposta de construção e transferência para uma nova capital, feita por Pedro Ludovico Teixeira, nos seus primeiros anos de interventoria em Goiás, baseava-se na formulação de um espaço urbano que representasse o Estado de Goiás em seu tempo. Em outras palavras, construir uma nova capital era mostrar que ele de fato estava fazendo algo novo (GOMIDE, 2002, p.34).

Como base em Gomide, percebe-se que Goiânia foi uma cidade feita para ocorrer transformações, e formulada para se constituir em um espaço urbano de grande produção e movimentação, mas ainda assim, era uma cidade constituída por pessoas, e seria muita pretensão que programássemos as vidas dos sujeitos antes mesmo deles se alocarem. GOMIDE (2002).

É tendencioso em boa parte do Brasil vincular a imagem de Goiás como a terra do peão, “[...]a formação do estado está historicamente ligada à atividade agropecuária, à presença de grandes fazendas e à constituição do poder dos chefes políticos locais sobre a população que trabalhava e trabalha na cidade e no campo”. RIBEIRO (2003, p. 32), explica na história goiana está presente essa origem rural, na produção comercial, na imagem do boiadeiro, chapéu, bota, jeans, cinto, tão vendidos como cultura local.

Carregado desses valores interioranos, presente no século passado, uma das estratégias políticas das famílias de poder em Goiás, era o matrimônio como política, para garantir a permanência no poder por meio dos laços maritais. Em um real jogo de interesses de grupos dominantes dentro da história de Goiás, onde a mulher tem papel fundamental para a manutenção de determinados grupos no poder local. Alguns exemplos desse tipo de casamento, que colocava mulher na posição de “mediadora” nessa negociação, porque “[...]atingia a vida política e os negócios da família. Muitos casos nesse sentido foram relatados nas entrevistas, envolvendo os homens da família Alves de Castro, Natal e outras”. RIBEIRO (2003, p.47).

Ribeiro explica que sobre os casamentos na década de 60 em Goiás, pode-se levantar algumas tendências:

A partir de 1964, três tipos de casamento se apresentaram: 1) o casamento consanguíneo, que mesmo em menor escala, nunca desapareceu; 2) o casamento entre antigos aliados; 3) novas alianças com novos atores da cena política (RIBEIRO, 2003, p.47).

Esse tipo de relação presente nas grandes famílias de poder em Goiás, se refletia em toda sociedade, como algo normal. Portanto, ao mesmo tempo que Goiás estabelecia um discurso do “novo”, moderno, revolucionário, ainda sim, carrega a ressignificação dessa tradição goiana. A ato do casamento, ou do não casamento, é, portanto, um ato político.

A cultura vista historicamente, é processo, que pode ser analisada nas produções de uma sociedade. Nesse sentido, trazer a mulher na história de Goiás, nos ajuda a investigar sobre sua inserção no ensino superior. Sabemos que essa tarefa não é fácil, e por isso nos fundamentamos não somente na história, como na pesquisa de dados fornecidos pela UFG, como veremos no terceiro capítulo. Sabemos, portanto, que essas discussões preliminares abrirão espaços para problematizações e produções futuras sobre a discussão de gênero na UFG. Segundo Faria (1999),

[...] a possibilidade de entender as relações entre os sexos também no âmbito da cultura, do simbólico, das representações, é muito importante quando se pensa em educação, porque, quando trabalhamos nessa área, reconstruímos a cultura, os valores, os símbolos nas novas gerações, transmitindo ou recriando, reproduzindo ou transformando as hierarquias, as diferentes importâncias atribuídas socialmente aquilo que é associado ao masculino e ao feminino [...] (FARIA et al., 1999, p. 9).

A criação da universidade resultou de múltiplos fatores, na ordem econômica, política e da cultural Goiana. Na década de 60 as cinco faculdades independentes em Goiânia se uniram e culminou na criação da UFG. Sendo elas, a faculdade de Direito, Farmácia e odontologia, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Conservatório de Música. Essas já existiam em unidade separadas, se uniram na luta em pró-criação de uma universidade pública e gratuita. Hoje a UFG conta com aproximadamente 150 cursos e 25 mil estudantes de graduação, distribuídos em quatro regionais e respectivos Câmpus: Regional Catalão; regional Goiânia – Câmpus Aparecida de Goiânia, Câmpus Colemar Natal e Silva (Praça Universitária) e Câmpus Samambaia, Regional de Goiás; e Regional Jataí – Campus Cidade Universitária “José Cruciano de Araújo” e Câmpus Riachuelo.

[...] a partir desta data, Goiás passou a formar seus próprios quadros profissionais e a não depender de mão-de-obra qualificada vinda de outras regiões do país. Para os jovens goianos isso significou oportunidade de formação profissional e intelectual em uma instituição pública, gratuita e de qualidade. Foi um marco na história do Estado” (UFG, 2016. Disponível em: <<https://www.ufg.br/p/6405-historia>>. Acesso em: 18 de ago. 2016).

Foi um marco na história de Goiás, que demandou grande esforço por parte das pessoas que lutaram por sua criação. Em 1959, os professores e alunos das cinco escolas que constituíram de ensino superior que fundaram a UFG, formaram a “Comissão Permanente para a Criação da Universidade do Brasil Central”. O objetivo da comissão era fazer o projeto de criação da universidade e entregá-lo ao Congresso Nacional. Colemar era presidente da comissão e Diretor da Faculdade de Direito, ainda quando não havia se consolidado a criação da UFG.

Nesse período acontecia em Goiânia uma forte mobilização dos professores e estudantes, que promoveram um movimento pela criação de uma universidade pública, a ser mantida pelo Governo Federal. E em abril de 1959, criaram a Frente Universitária Pró-Ensino Federal.

Os processos de desenvolvimento de Goiânia, bem como das Universidade no Brasil, grosso modo, podem ser esboçados com base na compreensão da relação entre a “revolução técnico-científica, a globalização e o projeto neoliberal” DOURADO, OLIVEIRA (1999), pois, compreendendo essas relações explica o contexto atual e os desdobramentos de uma sociedade. As políticas educacionais feitas em uma sociedade indicam qual é o papel do Estado, e como o Estado assume mediação na correlação de forças. Ou seja, a qualquer política educacional assumida pelo Estado, transparece interesses políticos de determinados Governos, seguindo uma orientação por escolhas, prioridades vínculos e compromissos, retratando interesses. Goiânia e a Universidade não surgiram de mero desenvolvimento natural, são primazias de um governo e seus interesses.

Entendemos enfim, que os casamentos, assim como a inserção ou não da mulher nos espaços da Universidade Pública em Goiás, são discussões políticas, que são pautadas pela cultura em processo e, portanto, em constante ressignificação.

Embora não tenhamos fechado toda contextualização histórica (e não foi de fato o que nos propusemos), esse capítulo tratou de trazer um panorama geral sobre o período do qual abordamos, fornecendo ao leitor, mais sustentação para compreender o que trouxemos como investigação. Desse modo, o capítulo 2 aprofunda sobre a história da mulher de forma mais específica, para então apontarmos os dados colhidos e nossa reflexão sobre eles, como verão no capítulo 3.

A HISTÓRIA DA MULHER: DA COLÔNIA À DÉCADA DE 1960

Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um tempo, juiz e parte.

POULLAIN DE LA BARRE

Por muito tempo a história da mulher não foi contada. O discurso universal masculino excluiu a visibilidade das mulheres. A história não contava sobre os feitos femininos e às vezes seus atos eram postos como feitos por homens, mas em determinado ponto, as contradições apareceram. É nesse ponto que procuraremos fixar esse capítulo II.

Desde os anos 70 do século XX, pelas demandas na história e suas lacunas, pesquisadores e pesquisadoras compreenderam a necessidade de se rever a história das

mulheres. Depois de uma “crise de identidade da história”², se descobriu que quanto mais se sabia da história da mulher e daqueles que eram marginalizados, mais se conhecia sobre a história da humanidade. Segundo Matos (2000),

Desde os anos 70, quando, de forma mais contínua, os historiadores passaram a buscar testemunhos sobre as mulheres, enfrentaram o desafio da invisibilidade feminina no passado. Contudo, esse desafio vem sendo enfrentado de forma admirável, o campo vem se expandindo, questões postas por esses pesquisadores foram introduzidas na disciplina, possibilitando a descoberta de fontes, temporalidades, estratégias metodológicas e categorias analíticas, em particular, a categoria-gênero (MATOS, 2000, p.7).

Portanto, esse capítulo trata também da ampliação do saber histórico, com o registro da história da mulher no Brasil e foco na construção da mulher goiana na década de 60, pois essa década foi marcada por grandes transformações, tanto para Goiás, com para o nascimento de uma Universidade pública, quanto para o ocidente em geral, no que se refere à visibilidade e sua participação na sociedade, na organização familiar, na política, no trabalho e nos movimentos sociais. A década de 60 do século XX pode ser considerada emancipatória para a mulher. Muitas mulheres romperam conceitos e mudaram a concepção dos padrões femininos. Segundo Paladino (2010),

O mundo vivia uma revolução, que começou a se delinear após a 2ª Guerra Mundial, em 1945, nos Estados Unidos. Com a ameaça da bomba atômica e de uma possível guerra nuclear, os jovens começaram a questionar os valores da geração anterior. "Foi o primeiro choque de gerações que realmente desencadeou uma nova forma de pensamento e de relacionamento".(PALADINO, 2010)

As mudanças não ocorreram repentinamente, vários fatores contribuíram para a resignificação de conceitos e ocupação de espaços pelas mulheres. Mesmo assim, vale dizer que “o território do feminino na história não é um lugar sereno, onde a mulher se locomove sem riscos, e onde o confronto e o conflito não imprimem suas marcas”. (PRIORE,1994:13).

Foi somente com a Nova História³ e com busca pelos novos paradigmas da história, que a mulher passou a receber voz e as pesquisas começaram a enxergá-la como mais do que uma

² MATOS SANTOS (200,p.38) “Sendo possível afirmar que, por razões internas e externas, esses estudos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história, que requeria uma completa revisão dos instrumentos de pesquisa. Nessa crise de identidade da história, que levou a procura de outras histórias”.

³Nova história (em francês “Nouvelle histoire”) é corrente historiográfica surgida nos anos 1970 e correspondente à terceira geração da chamada Escola dos *Annales*. Seu nome derivou da publicação da obra "Fazer a História",

progenitora, mas sim como peça da história, que recebe e influencia os costumes de seu tempo, sendo também sujeitos históricos. Exemplo disso foi a obra *Os Intelectuais na Idade Média*, publicada originalmente em 1957, por Jacques Le Goff (pioneiro do movimento Nova história). Essa obra discorre acerca dos intelectuais da Idade Média, e entre eles coloca a figura de Heloísa, que foi uma moça de 17 anos que tornou-se célebre em toda a França por sua sabedoria, sua inteligência e escrita, o que a tornou reconhecida pela historiografia como uma intelectual.

Mesmo sendo uma figura de alta intelectualidade, Heloísa ainda sim é lembrada por várias críticas, tão somente como a amante de Abelardo, aquela que o desviou do caminho da sabedoria. Não há como negar que tal história é envolvente e enigmática, e que o romance de Heloísa e Abelardo levanta questões sociais importantes a serem tratadas, como a gravidez de Heloísa, que foi ato repugnado e punido, assim como a castração de Abelardo por ter se relacionado com ela, e o casamento (ato político) que foi feito em sigilo. No entanto, o que se sobressai é a exacerbação do romance e vinculação contínua da mulher à figura masculina. Segundo Priore (1994),

O campo então inovador da Demografia Histórica pouco elucidava sobre as mulheres, consideradas tão-somente uma variável de reproduções. Não levando em conta as mulheres sós, apenas os casais, a Demografia Histórica ainda reafirmava o caráter patrilinear da História ao utilizar unicamente os patronímicos masculinos para a reconstituição de famílias (DEL PRIORE, 1994, p. 12).

Priore (1994), explica que a História da mulher no Brasil é objeto de necessária reflexão, já que não se deve esquecer que a História foi contada por homens, e “o modelo de mulheres” estabelecido na historiografia do Brasil colônia, mostra mulheres sempre oprimidas pelas exigências da Igreja e do Estado. Portanto, torna-se difícil encontrar registros de mulheres que fugiram dessas características impostas pela rígida sociedade brasileira que se formava. Para Beauvoir (1970) “revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens”. É necessário para entender a construção da mulher brasileira e sua história.

em três volumes, organizada pelos historiógrafos Jacques Le Goff e Pierre Nora, seus principais expoentes na França. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_hist%C3%B3ria) acessado em 01/10/2016 às 17:19.

2.1 - Brasil Colônia, a história da mulher:

As mulheres no Brasil Colonial foram retratadas por muito tempo, quanto apenas a luxúria de seus corpos, e a historiografia muito vincula essa imagem à questão da prostituição. A prostituição no Brasil sempre foi tratada de maneira preconceituosa, sem discutir as causas de sua existência desde do período Colonial. Em nenhum momento a prostituição da mulher foi analisada de acordo com a realidade que as obrigavam a utilizar esse meio de sobrevivência. Essa questão é muito importante, pois no período colonial a Igreja e o Estado se dedicavam a recomendações e acusações sobre o comportamento da mulher, no privado e no público de suas vidas, “em outras palavras, dominar a mentalidade feminina, em longo prazo, seria dominar a mentalidade da família, a qual ela era responsável pela educação” (SILVA, 1983, p. 179). Ou seja, a dominação da mulher fazia, portanto, uma política de manutenção de toda a sociedade. “A mulher é muito apta com a graça de Deus para a virtude, se não romper as leis do Bem que Deus lhe deo” (ANJOS *apud* DEL PRIORE, 1994, p. 15). Esse discurso de um Frei, revela a grande influência da religião na formação da cultura brasileira, e a construção do arquétipo da mulher no período Colonial do Brasil.

Não eram raros os casos de internamento de moças solteironas em conventos, quando o pai suspeitava de sua conduta e, embora menos frequentes, maridos havia que para aquelas instituições mandavam as esposas inconvenientes. A vida conventual parece, pois, ter significado uma constante ameaça quer à mulher solteira, quer à casada. Esta constitui, portanto, mais uma evidência de que à mulher branca da casa-grande pouca responsabilidade cabia pela restrição à camada dominante da organização familiar. É óbvio que a castidade da imensa maioria das mulheres da camada senhorial foi possível graças à prostituição de outras mulheres. Filhas de brancos pobres, sem herança e cercadas de preconceitos contra o trabalho, subsistem recorrendo ao comércio do próprio corpo (SAFFIOTE, 1976, pag. 169).

Havia uma preocupação da Igreja e do Estado, na conservação da família tradicional, de união estável, para que com base na solidificação da família, o Brasil pudesse se desenvolver. O discurso sobre a regulamentação do sexo sempre foi um assunto do Estado, das elites dominantes e da religião (FOUCAULT, 1994). Desse modo, era conveniente que a Igreja tolerasse a prostituição, já que essa era objeto de diversão dos homens, distraíndo-os sem que esfacelassem a família. “Para a Igreja a prostituição era um pecado menor do que o próprio adultério” (SILVA, 1983, p. 179). Os excessos eram condenados, a Igreja e o Estado tentavam limitar a prostituição. No entanto, as duras condições de sobrevivência empurravam muitas

mulheres à prática da prostituição, pois como se cobrava muito dos comportamentos femininos na sociedade, muitas não alcançavam determinadas exigências, e o que lhes restava era esse meio de trabalho.

2.2 - Mulher na sociedade de classes:

Ao contrário do que muitos pensam a mulher nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas as mulheres fizeram parte da produção, da construção da riqueza social, e da subsistência da família, como vimos no exemplo do Brasil colonial (uma forte preocupação da Igreja e do Estado pela manutenção da família através da mulher). Mas esse senso comum surge a partir do equívoco do conceito de trabalho. O trabalho, na concepção de SAVIANI (2007) é o ato de agir sobre a natureza e transformar em função das necessidades humanas, e que essa ação tenha como princípio a intencionalidade do fazer, é portanto, o que conhecemos com o nome de trabalho. A essência humana é todo o seu trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo, em processo histórico. Segundo Marx & Engels,

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. (Marx & Engels, 1974, p. 19, apud, SAVIANI Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Pag. 153).

Ora, se todo fazer humano é dado como trabalho, então conclui-se que as mulheres nunca foram alheias a ele. Porém, o trabalho no modo capitalista ocidental de produções, eleva ao máximo as contradições do fazer humano, tornando o trabalho saturado em todas as condições, econômicas-sociais e como apropriação privada dos meios de produção. Esse tipo de trabalho faz que o trabalhador produza além da sua necessidade de consumo, intensificando a jornada de trabalho. As máquinas elevaram a produtividade do trabalho humano, a ponto de saciar a sede de enriquecimento das classes burguesas. O trabalho no mundo capitalista, se aproveitou da histórica exclusão feminina, exacerbando sua condição e a absorvendo no mercado produtivo. Assim, a mulher foi sendo reconhecida como força de trabalho nesse campo que não reconhece a criação como forma de produção.

No período que Saffioti (1976) denomina pré-capitalismo (final da era feudal ao início do capitalismo), a mulher já fazia parte do mundo do trabalho. Antes do capitalismo não havia a fragmentação do trabalho no processo produtivo. Assim, a mulher não aparecia como participante direta da produção e seu reconhecimento no mercado de trabalho só apareceu em função de seu papel produtivo no sistema gerido pelo capital. “Assim é que o sexo, fator de há muito selecionador como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (SAFFIOTE, 1976: 35).

Nesse período pré-capitalista o trabalho é subsidiado pelas mulheres também nas camadas menos privilegiadas. Embora não existisse uma independência econômica da mulher, ela compunha a produção – ainda que não tivesse o poder de tomada de decisões. Seu reconhecimento veio com o capitalismo de fato, quando com a fragmentação do trabalho no processo produtivo a mulher passou a ser reconhecida como parte da engrenagem no mercado de trabalho.

Segundo Marx⁴ (1946), “o trabalho da mulher e da criança foi o primeiro brado da aplicação capitalista da maquinaria”. Em fase de ampliação do capitalismo, o destino a eliminar o trabalho humano e absorver a força de trabalho humano (homens, mulheres e crianças).

Nesse contexto, é preciso lembrar que o trabalho não deriva somente da necessidade de sobrevivência física. O “desenvolvimento” social criou nos humanos outras necessidades “cuja satisfação pode ser atingida através dos rendimentos obtidos no desempenho de uma atividade remunerada” (SAFFIOTE, 1976, pag. 39). A Atividade remunerada pode ser compreendida na obra *Segundo Sexo* (1970) quando o analisamos já desde o século XIX:

No século XIX, a querela do feminismo torna-se novamente uma querela de sectários; uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos. Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear

⁴ Marx, El capital, vol. I, p.323.

essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos (BEAUVOIR, 1970, pag.17).

As questões da “moral sexual”⁵ muito determinam a condição de mulher na sociedade, seu comportamento, e seus méritos, até mesmo no mundo do trabalho. A moral sexual interfere na sexualidade feminina e no exercício de seu trabalho. A lógica dominante ver o sexo feminino como exclusiva dona de casa, mãe e guardiã do lar, no “ortodoxo trabalho doméstico capitalista”, e a grande parte das mulheres se apropriam dessa mentalidade, cujo o componente básico é determinado pelo sexo, no qual se justifica o baixo salário. Por muitas vezes nem mesmo a mulher se percebe “digna” da igualdade de salário.

Entendemos que é difícil para qualquer trabalhador se tornar consciente do mecanismo pelo qual opera a ordem social competitiva, quem nos dirá a mulher cuja sua determinação de potencial estão ressignificados ao fardo da tradição de subalternidade.

2.3 Mulher: escolaridade, profissionalização e trabalho;

As mulheres tiveram que lutar pelo direito a própria formação e escolaridade, essa conquista é base para várias outras reivindicações das mulheres, inclusive ao trabalho. Então pensemos, no nascimento do capitalismo quando se inicia o exercício da profissão de forma livre, já exigiam muito de todos os trabalhadores homens quando a alfabetização, para a operação de máquinas e outras funções, imaginemos para as mulheres, que nem se quer haviam conquistado esse direito ainda. O que percebemos é uma desvantagem da mulher ao homem no ponto de partida do trabalho do mundo capitalista, que perdura até os dias de hoje. As mulheres mais que os homens não foram preparados para o exercício de uma profissão, historicamente, pelo processo de participação da mulher na vida escolar.

No Brasil, somente em 1932 foi promulgado o Código Eleitoral, garantindo o direito ao voto das mulheres, que ainda não possuíam direito à propriedade ou mesmo a guarda sobre seus filhos, mas oficialmente, foi apenas com a lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, que a mulher

⁵A moral sexual é um fato da cultura. Não existe sociedade que não tenha regras a respeito do uso da libido. Em *Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna* (1908), Freud nos apresenta a “moral sexual natural”, devemos compreender um conjunto de normas que, embora limitem a sexualidade, o desejo e o prazer, permitem, todavia, ao homem conservar sua saúde e sua eficiência na vida social.

deteve a autonomia da oportunidade do crescimento e liberdade intelectual. Ou seja, a mulher poderia produzir e assumir a autoria de sua produção. Ainda assim, o texto da lei se articula às características do patriarcado, onde está notoriamente redigido no Art. 233/1962 “o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos”.

No Brasil cuja economia se baseou inicialmente na exploração do trabalho com vistas ao lucro, a instrução e conhecimento não chegavam a representar valores sociais, de caráter a ambos os sexos, e a escolarização se caracteriza a partir da catequização, pois foi oprimida a língua materna indígena, e ocorreu uma dominação cultural a partir da linguagem, já que essa significa poder. De forma muito precária foram implantadas e expandidas as escolas no Brasil. Entenda como ocorreu, por Saffiote (1976),

[...] a empresa de construção de uma rede nacional de escolas para a tender às necessidades da população deveria ser obra do governo imperial. Tal como ocorrera no período que vai da expulsão dos jesuítas e consequente desmantelamento de sua organização educacional, em 1759, até as primeiras tentativas serias de reorganização, em 1772, haveria também entre o fim da Colônia e o início da implantação do sistema imperial de ensino, baseados nas aulas avulsas, um interregno relativamente grande. A ideia de proporcionar instrução ao sexo feminino esteve presente na Constituição de 1823 (SAFFIOTE, 1976, pag. 191).

Posteriormente ocorreu uma dificuldade na ampliação da lei de 1827, para o provimento das cadeiras das escolas femininas. Pois o que as mulheres tinham na coeducação do país era um currículo que presava muito mais a educação da agulha do que da instrução. As experiências sociais da mulher na educação “excluía de modo praticamente cabal, a necessidade da instrução. Muitos eram os pais que retiravam suas filhas da escola assim que dominavam os trabalhos com agulha” (SAFFIOTE, 1976). E em fase ainda de muita resistência quanto a profissionalização da mulher, a escola normal estava destinada aos elementos do sexo feminino. Elementos esses que ligavam a profissionalização com a função de ser uma boa dona de casa e mãe. Foi em,

[...] 1880 primeiro ano de seu funcionamento, a Escola Normal do Município da Corte contou com a frequência de 105 alunos do sexo masculino e 177 do sexo feminino. É verdade que muitas dessas moças estavam inscritas nas aulas de trabalhos de agulha (31, no caso), mas outras estudavam caligrafia e desenho, outras, ainda, faziam o curso de ciências (SAFFIOTE, 1976, pag. 202).

Desde ângulo concebemos a escola normal inovadora, por ter representado a coeducação dos sexos, o mesmo com segregação sexual que continuará em vigor ainda por muito tempo na escola secundária. Mas, dada a insuficiência do quantitativo de escolas normais no Brasil, se constituía um sério obstáculo para a profissionalização da mulher. Mas ainda assim, no Brasil “a mulher não havia realmente, penetrado nas escolas superiores, em número significativo, até 1930” (SAFFIOTE, 1976). E refere-se a estrutura que incidem na inserção feminina na atividade de exercício de uma profissão, entre elas, a situação conjugal e responsabilidades familiares, sobretudo com os filhos; a situação ocupacional e o nível de escolaridade.

2.4. A mulher goiana na década de 60:

No decorrer das primeiras décadas da cidade de Goiânia, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, a maioria dos registros na historiografia de Goiânia é percebida por jornais sobre a violência contra a mulher, e a relação continua desse problema à prostituição. A prostituição como uma questão recorrente desde do período Colonial do Brasil, e tratada não por uma análise de tentativa de solução, mas sim de preconceito. Na dissertação de COSTA (2006)⁶ encontramos como ocorria os registros de violência contra a mulher nos jornais a partir da década de 60, e como os discursos do patriarcado aparecem. Segundo Costa,

Neste período, a maioria das zonas de meretrício era localizada nos bairros familiares. Os prostíbulos se misturavam com as residências particulares e as mulheres pertencentes às famílias eram confundidas com as prostitutas nas ruas. O jornal Cinco de Março constantemente noticiava as reclamações da parte das famílias residentes nesses bairros, que se estendiam desde o problema da ameaça moral contra a imagem das famílias, até as agressões físicas e verbais cometidas pelas prostitutas, as quais eram vistas como provocadoras: “[...] muitas ficavam ali, embriagadas e a provocar todos quantos ali vão ou passam na rua. Fazem escândalo, andam nuas em via pública, gritam obscenidades e provocam as mulheres sérias [...]” (São Francisco: O Inferno das Famílias no Bairro da Luz Vermelha. *Cinco de Março*, Goiânia, 11 de maio. 1975. p. 8).

A principal queixa da parte dos pais de família registrada nos periódicos era a de verem suas filhas sendo assediadas e até mesmo agredidas fisicamente, por homens que frequentavam as casas de tolerância. Além desses tipos de conflitos, também eram constantes as notificações de crimes, decorrentes de relações amorosas entre os homens que cursavam pelos prostíbulos com as meretrizes. Dessa forma, os bairros

⁶ A pesquisa foi realizada no Arquivo IPHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central) e IHGG (Instituto Histórico e Geográfico de Goiás). A década de 1980, especificamente, foi investigada nos arquivos do jornal “Diário da Manhã” e d’O “Popular”. A importância desses jornais investigados e parte da história da imprensa escrita goianiense é discutida no II capítulo da dissertação.

que comportavam as pensões de prostíbulos eram considerados como lugares de violência e desordem pública (COSTA, 2006, pag. 19).

Nesse trecho é possível compreender a realidade que as mulheres da década 1960 em Goiânia enfrentavam a violência. Através dos jornais, nota-se que, quando uma mulher “de família” e não as prostitutas eram agredidas “fisicamente e/ou moralmente” nas zonas ligadas a prostituição e vandalismo, era então, a honra da família que estava sendo ameaçada. Assim, a grande preocupação da imprensa e da sociedade acerca desses casos era com a imagem e a honra das famílias. Posteriormente, com a reivindicação das famílias para o afastamento dos prostíbulos, e com o desenvolvimento urbano e do comercial de Goiânia, os prostíbulos foram se alastrando pelos outros bairros da cidade, e a identificação desses se dava através das luzes vermelhas. “Considerada pelo jornal, como um ato que fez expandir a prostituição, além de oficializar uma autêntica depravação social nos bairros da cidade” (COSTA,2006).

Na historiografia percebemos que o feminismo em Goiânia só foi ganhando espaço na década de 1980. Foi com as propostas feitas no combate à violência contra a mulher, sobre a inquietação com o alto índice de violência contra as mulheres, e a romantização dos crimes denominados passionais. Um dos primeiros grupos feministas chamava-se o GFE (Grupo Feministas de Estudos),

Para elas, essa violência está enraizada nas desigualdades entre os sexos construídas desde a infância. No decorrer de outras entrevistas que a feminista concede ao jornal, ela afirma que essa desigualdade é fruto de uma cultura machista e patriarcal, típica das famílias goianas (COSTA,2006, pag,87).

Os principais pontos de discussão sobre esse fenômeno de violência contra a mulher, partiria da atuação do movimento feminista. Os grupos feministas começam a participar ativamente em jornais, e reivindicações a instituições como o Estado, a justiça e a polícia atitudes em relação ao combate.

Esses grupos feministas constituíram-se como fruto da geração dos anos 60 e 70, no qual mulheres engajadas numa “ação política” começaram a atuar no espaço público na busca de melhores creches, melhoria salarial, em torno da anistia, e até mesmo promovendo trabalhos educativos junto a sindicatos, associações e movimentos populares de bairro em defesa da democracia (COSTA, 2006, pág. 87).

Portanto, as mulheres da década de 1950, ao fazerem parte de movimentos sociais, como o movimento pró-criação da UFG, começaram a redefinir os sinais de mudança nas ações femininas em Goiás. Nesse viés, os movimentos das mulheres, de militância e resistência,

estiveram em permanente processo de recriação do sujeito feminino. E na busca de direitos e na superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, percebe-se que todos os tipos de movimentos interferem no espaço público, e culminam na representação dos conflitos. Os movimentos sociais abriram caminho para uma experiência coletiva da qual as mulheres não ficaram passivas a esses acontecimentos.

REFERÊNCIAS

ABELARDO; HELOÍSA, [séc. XII]. *História Calamitatum*: cartas. Edição bilíngue. Prefácio, tradução e notas Abel Nascimento Pena. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. p. 107.

BEAUVOIR, Simone. O Segundo sexo – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

COSTA, Josenéia Silva. *O ethos e as representações femininas do medievo*, uma análise discursiva das epístolas de Heloisa a Abelardo. Salvador: Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Pós-Graduação em Estudo de Linguagens. Campus I. 2012.p. 13.

COSTA, Livia Batista da. *DA DEFESA DA HONRA À DEFESA DA VIDA*: uma história da violência contra a mulher na cidade de Goiânia. Dissertação defendida no Curso de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes. (Orgs.). *Universidade pública: políticas e identidade institucional: polêmicas do nosso tempo*. Campinas: editora autores associados, 1999.

FARIA, N. et al. *Gênero e Educação*. São Paulo: Sempre viva/Organização Feminista, 1999.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: O desejo de conhecimento. Paris: Gallimard, 1994.

GOIÁS, Universidade Federal de. *História*, 2016. Disponível em:<<https://www.ufg.br/p/6405-historia>>. Acesso em: 18 de ago. 2016.

GOMIDE, Cristina Helou. *História da transferência da capital*. Goiânia: Agepel/UEG, 2002. 43 p. (coleção histórias de Goiás).

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

MARX, Karl. *El Capital, fondo de cultura económico*. México, 1946. Vol. I, p.323.

PRIORE, Mary Del. *A mulher na história do Brasil*. 4º ed. São Paulo: Contexto, 1976.

REIS, Heloísa Esser dos, [et. Al.] *Universidade Federal de Goiás: Imagens e memórias (1960 – 1964)*. Goiânia: Associação dos arquivistas Brasileiros, 2010.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *Família e poder em Goiás*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003. 59 p. (Coleção História de Goiás).

RODRIGUES, Marly. *A Década de 50: Populismo e Metas Desenvolvimentistas no Brasil*. 4º ed. São Paulo: editora ática, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SILVA, Colemar Natal e. *História de Goiás*. Goiânia: IGL: Agepel, 2002.

SILVA, Colemar Natal e. Realização e projeto de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás. Org. por *Moema de Castro e Silva Olival*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992. 489 p.

SILVA, Sandra Rosa Campi Guimarães. *A MULHER NA HISTÓRIA DO BRASIL: expectativas e realidades no Brasil colonial*. Fato&Versões, Uberlândia, v. 4 n. 7, ISSN 1983-1293

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Trad. Guillermo David. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.